



1980 - Pôster - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 13 - Educação de Jovens e Adultos

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUA INTRÍNSECA RELAÇÃO COM A POPULAÇÃO NEGRA: DIREITO À DIFERENÇA
Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin - UNIV. FEDERAL DE SANTA CATARINA
João Vinicius dos Santos Bobek - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina
Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUA INTRÍNSECA RELAÇÃO COM A POPULAÇÃO NEGRA: DIREITO À DIFERENÇA

O presente trabalho se caracteriza como um estudo bibliográfico e tem por objetivo discutir alguns conceitos de autores decoloniais como Oracy Nogueira, Carlos Hasenbalg, Kabengele Munanga, Lia Vainer Schucman, Jerry Dávila, Marcus Fonseca entre outros pensadores das teorias raciais no Brasil e na América Latina, tendo como base epistemológica a discussão de raça, racismo, políticas educacionais, currículo e Educação de Jovens e Adultos (EJA), juntamente com a *Lei nº 10.639/03, que trata das diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas"*. O presente estudo perpassa pelo conceito de raça e educação no Brasil e faz uma breve análise sobre o currículo e seus impactos na população negra, fundamentado em um projeto de educação que poderia tornar-se omnilateral voltado a um projeto pedagógico emancipatório, político, racial, social e ontológico. Como resultados do estudo faz-se uma analogia da EJA e sua relação com a população negra na atualidade, discutindo o direito à diferença e que nesta modalidade é necessário apontar para políticas públicas específicas para suas demandas.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUA INTRÍNSECA RELAÇÃO COM A POPULAÇÃO NEGRA: DIREITO À DIFERENÇA

O presente trabalho se caracteriza como um estudo bibliográfico e tem por objetivo discutir alguns conceitos de autores decoloniais como Oracy Nogueira, Carlos Hasenbalg, Kabengele Munanga, Lia Vainer Schucman, Jerry Dávila, Marcus Fonseca entre outros pensadores das teorias raciais no Brasil e na América Latina, tendo como base epistemológica a discussão de raça, racismo, políticas educacionais, currículo e Educação de Jovens e Adultos (EJA), juntamente com a *Lei nº 10.639/03, que trata das diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas"*. O presente estudo perpassa pelo conceito de raça e educação no Brasil e faz uma breve análise sobre o currículo e seus impactos na população negra, fundamentado em um projeto de educação que poderia tornar-se omnilateral voltado a um projeto pedagógico emancipatório, político, racial, social e ontológico. Como resultados do estudo faz-se uma analogia da EJA e sua relação com a população negra na atualidade, discutindo o direito à diferença e que nesta modalidade é necessário apontar para políticas públicas específicas para suas demandas.

Palavras chaves: Educação de Jovens e Adultos, raça, educação, políticas educacionais, currículo.

O presente trabalho se caracteriza como um estudo bibliográfico e objetiva analisar conceitos de autores como Oracy Nogueira, Carlos Hasenbalg, Kabengele Munanga, Lia Vainer Schucman, Jerry Dávila, Marcus Fonseca entre outros pensadores das teorias raciais no Brasil e na América Latina, que têm em especial a preocupação com as Políticas Públicas e a Educação para população étnico-racial. Destarte, no Brasil os debates em torno da relação entre raça e política públicas foram tardiamente debatidos. Jerry Dávila deixa evidente na sua obra "Diploma de Branca", que essas práticas educacionais que começavam a serem implantadas no início do século XX eram desiguais e duais, pois se por um lado criavam novos recursos e novas oportunidades direcionadas às pessoas de cor historicamente excluídas da sociedade, por outros participantes da educação pública foram tratados de maneira desigual, uma vez que os alunos pobres e de cor foram taxados e marginalizados como doentes, mal adaptados e problemáticos.

Desse modo, educadores e industriais progressistas tinham muito em comum de comungar em uma educação utilitarista e unilateral, pois ambas as categorias acreditavam em uma visão de Brasil moderno que seria criado pelo uso e aplicação de paradigmas racionais e científicos à organização da sociedade daquele período. As duas categorias elitizadas acreditavam que essa nova sociedade branca e moderna seria construída por meio de comportamentos reformados das chamadas classes subalternas e/ou populares de cor foram taxados e marginalizados como doentes, mal adaptados e problemáticos. Portanto, fica notório nesse período, de que a educação pública foi sendo usada como "slogan" e fornecendo recursos históricos para ser usada como ferramenta de trabalho para o Estado poder usar de artifícios legais para estudar padrões de desigualdades sociais e raciais no Brasil.

Assim, também a educação sendo usada como uma grande fonte para um tipo diferente de leitura de mundo que exemplifica alguns aspectos importantes e sagazes da relação entre raça e Nação mostrando suas várias facetas racistas como a degeneração, a elasticidade e em especial sua ambiguidade perante a população de não negros e pobres e, assim criando uma justificativa plausível em que explica até a atualidade que o Brasil não é um país racista e aceita de forma "confortável" todas as etnias e culturas desde a sua colonização.

Nacionalismo, racismo e cidadania são noções interligadas, cujo produto pode ser o racismo institucional que atravessa de cima a baixo, a totalidade do tecido social e perpetua no poder, os diferentes grupos de euro-descendentes. Dessa forma, os integrantes do sistema educacional confundem, de modo geral, racismo com segregação, não sendo difícil perceber formas racistas na apreensão dos problemas escolares e o currículo é a peça fundamental para que essa confusão seja enraizada nas instituições escolares.

Nesse contexto, a Lei nº 10.639/03 e as suas respectivas diretrizes curriculares nacionais vem como certa resposta às demandas do Movimento Negro, de intelectuais e de outros tantos movimentos sociais, que se mantêm atentos à luta pela superação do racismo na sociedade e na educação escolar, especificamente.

Perante esses elementos é possível em pensar-se um caráter emancipatório de currículo e da diversidade social e racial e, nesse campo,

encontrar as práticas significativas voltadas para a diversidade étnico-racial. Nesse âmbito, a Lei nº 10.639/03 no contexto das políticas públicas, pode ser entendida como uma medida de ação afirmativa, juntamente com o Movimento Negro que ao pleiteá-la, investe estrategicamente na ampliação do presente, juntando, ao real, as possibilidades e as expectativas futuras de superação do racismo e do mito da democracia racial, tão presente nas instituições de ensino e na educação brasileira.

Portanto, contemporaneamente, os espaços políticos dos movimentos sociais são produtores de uma epistemologia tão legítima quanto a que é considerada hegemônica pela educação e pela teoria social. É nessa perspectiva que ao considerar o debate apresentado neste trabalho é extremamente relevante para o âmbito das ações escolares na Educação de Jovens e Adultos (EJA), para a compreensão e consideração das particularidades de sujeitos, que por motivos diversos não tiveram acesso ou permanência na escolarização quando crianças e jovens. Permite também pensar que esses sujeitos, na maioria das vezes, são marcados pela condição de trabalhadores, o que impulsiona o desenvolvimento de reflexões teóricas acerca dos desafios para a constituição de um currículo conexo e emancipador, tendo o trabalho como princípio educativo e a formação multidimensional desses sujeitos, promovendo uma formação crítica, reflexiva, contribuindo para emancipação social.

Destarte, no contexto do debate deste trabalho a escolarização de jovens e adultos negros revela uma profunda desigualdade nas trajetórias de negros e brancos no Brasil. Portanto, estudar e analisar a relação entre jovens negros e a EJA implica em considerar alguns dos desafios que a EJA tem para lidar atualmente, isto é, um universo distinto no que diz respeito às especificidades socioeconômicas dos seus educandos e educandas, à questão geracional, ao pertencimento étnico-racial, às vivências culturais e às perspectivas de seus alunos em relação à instituição escolar.

Evidencia-se de que a análise do processo de inclusão de forma subalterna e das trajetórias acidentadas dos alunos negros nos leva a ponderar que as desigualdades sociais e educacionais em nosso país atingem de forma mais significativa a população afro-brasileira. Desse modo, a superação de várias desigualdades exige uma visão mais complexa em torno das formas sobre quais um conjunto de desigualdades opera: raça, gênero, classe, idade, etc. Exige também compreender novas formas e espaços de superação desse estado de coisas. A cultura pode ser um deles.

Por meio do movimento de reconhecimento e afirmação da identidade cultural, negros e brancos podem articular elementos importantes para refletirem sobre as especificidades e a constituição do sujeito social em sua diversidade. É preciso que se discutam e procurem elaborar, coletivamente, as estratégias acadêmico-científicas de integração, construção e mapeamento de currículos na EJA, tanto os processos de ensino-aprendizagem, como de elaboração curricular como objeto de reflexão e de sistematização do conhecimento no âmbito das disciplinas básicas e do desenvolvimento de projetos que articulem o geral e o específico, a teoria e a prática dos conteúdos, inclusive com o aproveitamento das lições que os ambientes externos podem proporcionar.

Por último, destaca-se as implicações da vivência da situação juvenil negra na EJA, que dizem respeito a situações específicas enfrentadas no seu cotidiano, nas suas trajetórias e experiências de vida. Essas situações são norteadas por algumas características entre as quais podem se destacar: a condição socioeconômica, os preconceitos sociais e raciais e as mais diversas situações limitantes que o jovem negro, morador de periferia dos grandes centros urbanos vivência no seu cotidiano. Assim, constata-se que as pesquisas sobre a juventude e o trabalho apontam que a busca pelo primeiro emprego e a entrada no trabalho constituem, as principais preocupações da população de jovens no Brasil. A exigência da escolaridade como um dos requisitos básicos para inserção no mundo de trabalho é o que motiva a grande parte dos jovens a retornarem à escolarização na EJA. Por consequência, esses jovens acabam reproduzindo o discurso sobre o caráter integrador entre escola e mercado de trabalho veiculado pela escola, pelos órgãos oficiais e pela ação midiática. Um discurso que muitas vezes é feito de forma ingênua, mas em muitas vezes é intencional e ideológico e que leva em consideração que o mercado de trabalho possui outros mecanismos e critérios de seleção e exclusão ainda mais duros que ultrapassam o certificado de conclusão da escolarização básica e superior. Desse jeito, tais questões estão relacionadas com o acirramento das desigualdades sociais, da exclusão social e étnico-racial que permeia o padrão de trabalho instituído em nossa sociedade e, lamentavelmente muitos acabam incorrendo acriticamente nesse mesmo discurso de que a escolarização pode garantir a certeza da empregabilidade, uma afirmativa falsa pregada pelas teorias neoliberais tão evidenciadas no dia a dia dos trabalhadores brasileiros.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. (2003a). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.639.htm Acesso em: 30 jan. 2018.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil 1917-1945**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

FONSECA DE CARVALHO, José Sérgio. Os slogans na educação: O que era para ser um símbolo passa a ser visto como verdade literal. 3 de junho de 2013. In: **Revista Educação**. Disponível em: <<https://www.wedologos.com.br/projeto-detalle.aspx?pid=23084>>. Acesso em: 29 jan. 2018.

MUNANGA, Kabengele. (2004). **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte, MG: Autêntica.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. In: **3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação**. PENESB: Rio de Janeiro, 2003.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: **Tanto preto quanto branco**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

Núcleo de Estudos Negros. **Negros e Currículo**. Florianópolis, Editora Atilende, 2002. 102p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Conhecimento prudente para uma vida docente**. São Paulo: Cortez, 2004. P. 777-821.

SCHUCMAN, L. V. (2012). **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana** (Tese de doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Natalino Neves da. **Juventude Negra na EJA: o direito à diferença**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. 184p.